



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 03MUNAMM24

CONSULTA PRÉVIA

CADERNO DE ENCARGOS

JANEIRO 2024



ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1. ^a - Objeto	4
Cláusula 2. ^a - Contrato	4
Cláusula 3. ^a - Prazo de vigência do contrato	5
Cláusula 4. ^a - Preço base	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	6
Secção I - Obrigações do fornecedor	6
Subsecção I – Disposições gerais	6
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do fornecedor.....	6
Cláusula 6. ^a – Conformidade e operacionalidade dos bens.....	7
Cláusula 7. ^a – Prazo e local de entrega dos bens objeto do contrato	7
Cláusula 8. ^a – Inspeção.....	8
Cláusula 9. ^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	9
Subsecção II – Dever de sigilo	10
Cláusula 10. ^a - Informação e sigilo.....	10
Secção II - Obrigações do município de Armamar	10
Cláusula 11. ^a - Preço contratual	10
Cláusula 12. ^a - Condições de pagamento	11
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	12
Cláusula 13. ^a - Penalidades contratuais	12
Cláusula 14. ^a - Força maior.....	13
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte do município de Armamar	14
Cláusula 16. ^a - Resolução por parte do fornecedor	14
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15



Cláusula 17. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	15
Cláusula 18. ^a - Comunicações e notificações.....	15
Cláusula 19. ^a - Contagem dos prazos.....	15
Cláusula 20. ^a – Resolução de litígios.....	15
Cláusula 21. ^a - Legislação aplicável	16
CLÁUSULAS TÉCNICAS	17
ANEXO I	17



CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, de consulta prévia, que tem por objeto a “aquisição de bens móveis para obras por administração direta”, em regime de fornecimento parcelar e contínuo.
2. O presente procedimento compreende os seguintes lotes:
 - a) Lote 1: fornecimento de pó de pedra, gravilha, rachão e tout-venant;
 - b) Lote 2: fornecimento de cimento;
 - c) Lote 3: fornecimento de massa betuminosa;
 - d) Lote 4: fornecimento de areias;
 - e) Lote 5: fornecimento de blocos, barras de ferro, tijolos, manilhas e outros.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O clausulado do contrato rege-se pelo disposto n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP») aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
3. Do contrato fazem também parte integrante, os documentos entregues pelo fornecedor, em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do CCP.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo fornecedor.



5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo fornecedor nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato

O contrato inicia-se com a sua assinatura e mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2024, podendo cessar em data anterior, caso o fornecimento atinja o preço contratual estabelecido, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª - Preço base

1. O preço base corresponde ao preço máximo que o município de Armamar se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente caderno de encargos.
2. O preço máximo total a que se refere o número anterior não pode ser superior a 74.999,99 EUR, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo decomposto da seguinte forma:
 - a) Lote 1 – montante máximo de 7 999,99 EUR (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
 - b) Lote 2 - montante máximo de 7 000,00 EUR (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
 - c) Lote 3 - montante máximo de 35 000,00 EUR (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
 - d) Lote 4 - montante máximo de 10 000,00 EUR (acrescido de IVA à taxa legal em vigor);
 - e) Lote 5 - montante máximo de 15 000,00 EUR (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).
3. O preço base não é passível de revisão.



CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do fornecedor

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 5.^a - Obrigações principais do fornecedor

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações contratuais:
 - a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
 - b) Fornecer os bens conforme as características técnicas exigidas, prazos de entrega e requisitos do fornecimento definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - c) Comunicar ao município de Armamar, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - d) Substituir os bens no mais curto espaço de tempo possível, sempre que o município de Armamar o requisiar, ao abrigo das garantias ou obrigações contratuais.
2. O fornecedor obriga-se ainda, caso lhe seja solicitado, a fornecer os bens em quantidades superiores às fixadas, aos preços unitários definidos na proposta adjudicada.
3. No caso previsto no número anterior não poderá, em caso algum, verificar-se o aumento do valor global do contrato.
4. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



Cláusula 6.^a – Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao município de Armamar os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens objeto do contrato.
4. O fornecedor é responsável perante o município de Armamar por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.^a – Local e prazo de entrega dos bens objeto do contrato

1. Por norma, a entrega dos bens que constituem o objeto do contrato deverá ser realizada nas instalações do fornecedor, no prazo máximo de 3 dias úteis, após a receção da nota de encomenda ou solicitação formalmente equivalente, emitida pela competência organizacional Aprovisionamento.
2. Caso o município de Armamar o solicite, a entrega dos bens que constituem o objeto dos lotes 3 e 4, deverá ser efetuada no armazém municipal ou em local a designar, dentro do prazo estabelecido no número 1.
3. No caso previsto no número anterior, o fornecedor cobrará os preços unitários constantes da proposta adjudicada referente ao “transporte”.
4. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve o fornecedor, logo que dele tenha conhecimento, solicitar ao município de Armamar a prorrogação do respetivo prazo.
5. Quando não exista para entrega os bens solicitados, deverá ser proposto outro bem para substituir o que estiver em falta, não podendo, deste facto, resultar qualquer acréscimo de preço.
6. Na situação prevista no número anterior, a entidade fornecedora deverá fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte do



- município de Armamar, nomeadamente amostras, fotografias e especificações técnicas dos bens.
7. Não obstante o disposto nos dois números anteriores o município de Armamar não fica, em caso algum, obrigado a aceitar os bens de substituição propostos pelo fornecedor.
 8. O fornecimento é contínuo, pelo que o fornecedor se obriga ao fornecimento das quantidades solicitadas pelo município de Armamar, durante o período de vigência do contrato.
 9. O fornecimento dos bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada.
 10. Durante a vigência do contrato, por acordo entre as partes, poderá ser alargado o objeto do fornecimento a outras referências e medidas não previstas no mapa de quantidades, desde que as mesmas se cinjam a bens de idêntica natureza.
 11. A entrega dos bens é sempre acompanhada de guia de remessa, da qual deve constar, designadamente:
 - a) A data de entrega;
 - b) Identificação da entidade fornecedora;
 - c) Identificação da entidade adjudicante e local de entrega;
 - d) Data da encomenda e número do compromisso emitido pela entidade adquirente;
 - e) Indicação dos bens;
 12. A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pelo funcionário responsável, fica na posse do fornecedor, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
 13. A entidade adjudicante não fica obrigada a abastecer-se em regime de exclusividade ao fornecedor, embora o recurso a outros fornecedores só deva ocorrer em eventuais situações de rutura de stock por parte do fornecedor, por incumprimento do prazo de entrega ou devido a circunstâncias imprevistas.

Cláusula 8.^a – Inspeção

- I. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o município de Armamar, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 2 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os



- mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Após a verificação referida no número anterior, a entidade adjudicante pode:
 - a) Receber os bens;
 - b) Devolver os excedentes;
 - c) Solicitar a entrega dos bens em falta;
 - d) Rejeitar os bens por apresentarem defeitos de qualidade;
 - e) Aceitar os bens mediante condição de, após novo exame posterior ou durante a utilização dos mesmos serem comprovadas as características técnicas.
 3. A rejeição de bens, conforme indicada na alínea d) do número anterior, não confere à entidade fornecedora o direito a qualquer indemnização.
 4. Sem prejuízo do referido nos números anteriores, o município de Armamar pode solicitar ao fornecedor a disponibilização dos bens objeto do contrato, para efeitos de realização de testes de validação das suas características, antes da adjudicação do presente procedimento.

Cláusula 9.^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve disso informar o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo município de Armamar, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias, no respetivo prazo, o município de Armamar procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.



Subsecção II – Dever de sigilo

Cláusula 10.^a - Informação e sigilo

1. O fornecedor e o município de Armamar devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
5. O fornecedor deve prestar ao município de Armamar todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o município de Armamar satisfazer os pedidos de informação formulados pelo fornecedor e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
6. As matérias cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Secção II - Obrigações do município de Armamar

Cláusula 11.^a - Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve pagar os preços unitários da proposta adjudicada, até ao limite máximo de:



- a) Lote 1 – até 7 999,99 EUR;
 - b) Lote 2 – até 7 000,00 EUR;
 - c) Lote 3 – até 35 000,00 EUR;
 - d) Lote 4 – até 10 000,00 EUR;
 - e) Lote 5 – até 15 000,00 EUR,
- acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao município de Armamar, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Caso a quantidade estimada de bens objeto do contrato, não se venha a requisitar, não poderá ser exigido ao município de Armamar qualquer tipo de indemnização para cobrir a diferença entre o valor previsto para o fornecimento e o valor efetivamente cobrado pelos fornecimentos executados.

Cláusula 12.^a - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo município de Armamar, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo município de Armamar das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do município Armamar, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do CCP, por correio eletrónico, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A emissão de faturas deve cumprir os requisitos fixados na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (designada LCPA) e no Código do IVA.



5. As faturas são emitidas eletronicamente e transmitidas via EDI (intercâmbio eletrónico de dados) e Faturação Eletrónica da YET- Your Electronic Transactions, associado ao endereço de correio eletrónico faturacaoeletronica@cm-armamar.pt
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º I, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.^a - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Armamar pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 2% do valor do fornecimento dos bens em atraso, por cada dia de incumprimento;
 - b) Pelo incumprimento das restantes obrigações emergentes do contrato, até 5% do valor adjudicado.
2. As sanções a que se refere o número anterior terão como limite 20% do preço contratual, sendo tal limite elevado para 30%, caso o município decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o município de Armamar pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
4. A cobrança das eventuais penalidades em que o fornecedor incorra serão deduzidas no primeiro pagamento efetuado ou devido logo após a sua aplicação ou, não havendo pagamentos a efetuar, no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação para o efeito enviada pelo município de Armamar.
5. Se o pagamento das sanções pecuniárias devidas ao município de Armamar for protelado por qualquer motivo, o fornecedor deverá pagar juros de mora à taxa legal, com efeitos a contar da data em que a multa deveria ter sido paga.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Armamar exija uma indemnização pelo dano excedente.



7. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao fornecedor o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo (CPA), relativamente à intenção de aplicação da sanção.

Cláusula 14.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos dos números anteriores, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;



- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a - Resolução por parte do município de Armamar

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, pelo atraso na entrega dos bens objeto do contrato superior a 15 dias a contar do prazo referido no n.º 1 da cláusula 7.^a do presente caderno de encargos, ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante comunicação enviada por correio eletrónico ao fornecedor.

Cláusula 16.^a - Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Armamar, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações



deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º I do artigo 317.º do CCP.
2. As entidades subcontratadas pelo fornecedor devem cumprir os requisitos previstos nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
3. No caso de subcontratação, o fornecedor permanece integralmente responsável perante o município de Armamar, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Cláusula 20.ª – Resolução de litígios

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, devem ser dirimidos pelos meios judiciais comuns, estabelecendo-se como competente o tribunal com competência territorial para o concelho de Armamar, com a expressa renúncia a qualquer outro.
2. O disposto no número anterior não impede o recurso voluntário, pelas partes, a meios alternativos de resolução de litígios, designadamente, à mediação ou à arbitragem.



Cláusula 21.ª - Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.



CLÁUSULAS TÉCNICAS
ANEXO I
MAPA DE QUANTIDADES POR LOTES

Proposta de preços - LOTE 1

Código do Artigo	Descrição	Unidade	Preço unitário
1	Pó de pedra	tonelada	
2	Gravilha (média)	tonelada	
3	Gravilha (grossa)	tonelada	
4	Rachão	tonelada	
5	Tout-venant 2. ^a	tonelada	
TOTAL			

Proposta de preços - LOTE 2

Código do Artigo	Descrição	Unidade	Preço unitário
1	Cimento Portland de Calcário CEMII /B-L 32,5N- saco de 25kg	Unidade	
TOTAL			

Proposta de preços - LOTE 3

Código do Artigo	Descrição	Unidade	Preço unitário
1	Massa betuminosa a frio	tonelada	
2	Massa betuminosa a quente	tonelada	
3	Emulsão betuminosa catiónica, para rega de colagem, 200l	unidade	
4	Transporte (preço por tonelada a transportar)	tonelada	
TOTAL			



Proposta de preços - LOTE 4

Código do Artigo	Descrição	Unidade	Preço unitário
1	Areia crivada (grossa), limpa, isenta de impurezas	m3	
2	Areia lavada (média), limpa e isenta de impurezas	m3	
3	Areia fina limpa e isenta de impurezas	m3	
4	Areia granulada, limpa e isenta de poeiras e outras impurezas	m3	
5	Transporte (preço por m3 a transportar)	m3	
TOTAL			

Proposta de preços - LOTE 5

Código do Artigo	Descrição	Unidade	Preço unitário
1	Bloco de betão 50x20x15	Unidade	
2	Bloco de betão 50x20x20	Unidade	
3	Bloco de cofragem 50x20x25	Unidade	
4	Barra redonda de ferro 6mm com 6,0m de comprimento	kg	
5	Barra redonda de ferro 8mm com 6,0m de comprimento	kg	
6	Barra redonda de ferro 10mm com 6,0m de comprimento	kg	
7	Barra redonda de ferro 12mm com 6,0m de comprimento	kg	
8	Barra de ferro 60mm x 6mm, com 6,0m de comprimento	kg	
9	Barra de ferro 80mm x 6mm, com 6,0m de comprimento	kg	
10	Barra de ferro 100mm x 6mm, com 6,0m de comprimento	kg	
11	Barra de ferro 120mm x 8mm, com 6,0m de comprimento	kg	
12	Barra de ferro 160mm x 8mm, com 6,0m de comprimento	kg	



13	Barra de ferro 180mm x 8mm, com 6,0m de comprimento	kg	
14	Vergalhão de ferro 8mm, com 6,0m de comprimento	kg	
15	Vergalhão de ferro 10mm, com 6,0m de comprimento	kg	
16	Vergalhão de ferro 12mm, com 6,0m de comprimento	kg	
17	Tijolo 30x20x11	Unidade	
18	Tijolo 30x20x15	Unidade	
19	Manilha DN200 com 1000mm de comprimento útil	Unidade	
20	Manilha DN300 com 1000mm de comprimento útil	Unidade	
21	Manilha DN400 com 1000mm de comprimento útil	Unidade	
22	Manilha DN500 com 1000mm de comprimento útil	Unidade	
23	Manilha DN600 com 995mm de comprimento útil	Unidade	
24	Meia manilha DN200 com 1000mm comprimento útil	Unidade	
25	Meia manilha DN300 com 1000mm comprimento útil	Unidade	
26	Meia manilha DN400 com 1000mm comprimento útil	Unidade	
27	Meia manilha DN500 com 1000mm comprimento útil	Unidade	
28	Meia manilha DN600 com 1000mm comprimento útil	Unidade	
29	Caixas em betão sem fundo 300mm x 300mm x 250mm (LxCxA)	Unidade	
30	Caixas em betão sem fundo 400mm x 400mm x 250mm (LxCxA)	Unidade	
31	Caixas em betão sem fundo 500mm x 500mm x 250mm (LxCxA)	Unidade	
32	Cone concêntrico (saneamento) 100x50x60 cm	Unidade	
33	Lancil com encaixe 100x20x28 cm	Unidade	
TOTAL			

O município de Armamar não garante a aquisição da totalidade das quantidades indicadas, considerando que as mesmas correspondem ao consumo estimado, baseado no histórico da atividade municipal.

Todas as propostas deverão respeitar a unidade de medida identificada no mapa de quantidades.

Para o lote 4, caso seja necessário, os concorrentes deverão efetuar conversões com base na seguinte razão:



- a) Areia fina: 1,7 t/m³;
- b) Areia média: 1,6t/m³;
- c) Areão: 1,8 t/m³.

O Presidente da Câmara Municipal,
(assinado digitalmente)

